

Dora Kramer*

Políticos têm um olho em 2026 e outro em 2030

Se é precipitado fazer apostas definitivas sobre o resultado da eleição presidencial que acontecerá daqui a quatro meses, soa a temeridade mergulhar em projeções sobre o cenário de 2030.

No entanto, é exatamente o que já se faz no mundo político, levando em conta dois fatores: o fim do ciclo de êxitos do PT e a longevidade da era de influência da franquia Bolsonaro no poder central.

As forças que se movimentam no hoje estreito espaço entre os dois polos de direita e esquerda atuam com um olho no peixe da corrida atual e outro no gato do que pode, ou não, vir a ser uma renovação no cardápio de opções e nos critérios de escolhas do eleitorado ainda pautado por estimas e rejeições extremadas.

Começa a circular no centro, na centro-direita e até na direita interessada em se livrar no jugo do bolsonarismo a seguinte ideia: a se confirmar o quadro de disputa entre Luiz Inácio da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) seria melhor para os negócios futuros investir na reeleição de Lula.

Por essa avaliação, o PT reassumiria o governo

enfraquecido no quesito expectativa de poder que já estaria em disputa no dia seguinte à posse. Já no caso da vitória de Flávio Bolsonaro, o Palácio do Planalto estaria entregue ao reinício de um ciclo de domínio do clã. Com anistia ao ex-presidente e perspectiva de reaglutinação de forças.

Note-se que não há entre os adversários de Lula esforço por unidade. Os grupos de Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) falam em aliança entre si no primeiro turno, mas não cogitam aderir ao PL.

Deixam em aberto apoio na etapa final como se fosse óbvia a possibilidade de que estejam juntos, mas sem firmar compromissos de antemão. Por ora escorados na alegação de que disputam vaga no segundo turno. De verdade não é com o que contam.

Dão tempo ao tempo, acreditando numa pragmática reedição da frente ampla em prol de Lula ao centro, enquanto a direita olharia a cena de camarote, dedicada ao apoio fictício no exercício da lavagem das mãos.

*Jornalista e comentarista de política

Márcio Coimbra*

Asfixia do Crime

A decisão do governo dos Estados Unidos de classificar as maiores facções brasileiras — o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) — como organizações terroristas internacionais representa um divisor de águas geopolítico. Longe de ser um formalismo burocrático, essa medida constitui oportunidade histórica e soberana para o Brasil golpear o coração do crime organizado, algo que as forças de segurança pública domésticas não conseguem consolidar sozinhas no plano global.

O grande mérito prático dessa dupla classificação é deslocar o combate à criminalidade da tradicional e inócua guerra de atrito nas favelas, periferias e fronteiras para uma guerra financeira de alta intensidade contra o topo da pirâmide criminosa. O crime organizado brasileiro há muito tempo deixou de ser questão paroquial de segurança pública para se transformar em um problema corporativo transnacional.

Diagnóstico do Ministério Público brasileiro ilustra a gravidade do cenário atual: uma única ação da Operação Carbono Oculto revelou que apenas seis fintechs, operando como bancos paralelos e ocultos para o PCC, movimentaram a impressionante cifra de R\$ 26 bilhões. Esse volume astronômico de recursos não permanece estático e passa a inundar o sistema financeiro e o comércio nacional ao custear esquemas de corrupção, fraudar licitações, controlar prefeituras, financiar campanhas eleitorais e destruir a livre iniciativa através de uma concorrência desleal imbatível baseada no fluxo infinito do narcotráfico.

A legitimidade dessa classificação norte-americana encontra eco na própria realidade factual do Brasil. Embora PCC e CV tenham nascido como quadrilhas de narcotráfico, a evolução de suas estratégias operacionais incorporou o terrorismo instrumental como método de coerção e demonstração de poder. O crime organizado brasileiro não hesita em utilizar o terror psicológico coletivo, destruição

de infraestruturas públicas e pânico em massa para subjugar o Estado e a sociedade civil, encaixando-se perfeitamente no conceito sociológico e jurídico de atos terroristas.

Ao contrário das narrativas que enxergam nessa medida uma violação da soberania ou pretexto para intervenções estrangeiras, a ação americana ajuda, fundamentalmente, a devolver à sociedade o direito de ocupar seu próprio território e suas instituições. Quem verdadeiramente viola a soberania nacional hoje são as facções, que impõem um poder paralelo armado. O Brasil não perde sua autonomia territorial ou jurídica, uma vez que o monopólio da força operacional e as decisões judiciais dentro de nossas fronteiras permanecem estritamente sob o controle das autoridades brasileiras. Argumentos que insistem na tese de “intromissão” distorcem os fatos para fins puramente políticos, ignorando que a soberania real se protege asfixiando os criminosos que subjagam o país, e não isolando o Brasil dos mecanismos globais de justiça financeira.

A cooperação internacional e o uso desses novos instrumentos de asfixia econômica são o único caminho viável para estancar o banho de sangue nas metrópoles brasileiras. Retirar o oxigênio financeiro do PCC e do CV significa esvaziar a capacidade de compra de fuzis, blindados, drones e tecnologia de criptografia que hoje desafiam abertamente as estruturas do Estado. O grande trunfo das facções não é a droga em si, é a capacidade de lavar o dinheiro. Bloqueado o circuito global, o império criminoso começa a ser desmontado por dentro.

*Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal

Fernando Carreteio*

A nova janela para o Brasil como hub industrial da América Latina

A geopolítica voltou ao centro das decisões econômicas globais. Conflitos armados na Europa, tensões comerciais entre Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia e rupturas recentes nas cadeias logísticas internacionais fizeram com que empresas multinacionais revisassem um modelo que, por décadas, privilegiou a produção altamente concentrada em poucos polos industriais.

Nesse novo cenário, segurança geográfica, estabilidade institucional relativa e acesso a mercados regionais voltam a ser critérios decisivos para investimentos produtivos. É nesse contexto que o Brasil passa a ocupar uma posição estratégica que vai além do seu tradicional papel de grande mercado consumidor.

A lógica do nearshoring e da regionalização da produção está redesenhando a geografia industrial global. Empresas buscam reduzir riscos logísticos e políticos, aproximando suas operações dos mercados onde atuam. Para a América Latina, o Brasil surge como uma das plataformas industriais mais relevantes, não apenas pelo tamanho da economia, mas pela diversidade de sua base produtiva e pela presença consolidada de cadeias industriais complexas.

O movimento recente da WIKA, grupo alemão com atuação global em instrumentação industrial, ilustra bem essa tendência. O investimento de R\$ 100 milhões na ampliação da unidade em Boituva, no interior de São Paulo, transformando a operação brasileira em um hub para a América Latina, não é um fato isolado. Ele reflete uma estratégia mais ampla de regionalização da produção diante de um mundo mais fragmentado.

Ao reforçar sua presença industrial no país, a companhia sinaliza confiança em fatores estruturais que muitas vezes passam despercebidos no debate público. O Brasil está distante dos principais focos de conflito internacional, possui abundância de recursos naturais, um parque industrial diversificado e um mercado interno robusto que oferece escala às operações produtivas.

Além disso, a possibilidade de avanços em acordos comer-

ciais, como o tratado entre Mercosul e União Europeia, tende a ampliar ainda mais a atratividade do país como plataforma exportadora. Caso plenamente implementado, o acordo pode fortalecer o Brasil como ponto de integração entre cadeias industriais europeias e mercados latino-americanos.

Outro elemento que reforça esse posicionamento é a crescente demanda regional por soluções industriais mais eficientes e sustentáveis. Setores como energia, óleo e gás, mineração, siderurgia, alimentos e saneamento vivem um processo acelerado de modernização tecnológica. Empresas instaladas no Brasil passam a ter condições de atender essa demanda regional com maior proximidade, reduzindo custos logísticos e aumentando a capacidade de resposta aos clientes.

Com isso, o país deixa gradualmente de ser visto apenas como destino final de produtos industrializados e passa a ser considerado um centro estratégico de produção e distribuição para toda a América Latina.

A expansão da WIKA no interior paulista representa justamente esse movimento de reposicionamento das cadeias produtivas globais. Ao fortalecer sua base industrial no Brasil, a empresa reforça uma tendência que vem ganhando força, a de multinacionais que enxergam no país um ambiente capaz de combinar escala de mercado, capacidade industrial e estabilidade relativa em um mundo cada vez mais incerto.

Em um cenário internacional marcado por riscos geopolíticos crescentes, o Brasil pode se consolidar como um verdadeiro “safe haven” industrial. Para que esse potencial se transforme em realidade duradoura, o desafio passa por avançar em competitividade, infraestrutura, segurança jurídica e integração comercial.

Se esses elementos evoluírem na direção correta, investimentos como o de Boituva poderão deixar de ser exceção e se tornar parte de um novo ciclo de fortalecimento da indústria instalada no país.

*Fernando Carreteio é Diretor Comercial da WIKA